

ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA

# QUEREM ANESTESIAR A AMAZÔNIA

**Em vez de buscar bases científicas, o movimento ecológico sedimenta propostas anti-desenvolvimentistas. Com a palavra, o pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental Alfredo Homma**

Livre-pensador, o pesquisador Alfredo Kingo Oyama Homma, lotado no Departamento de Economia Rural da Embrapa Amazônia Oriental, em Belém do Pará, sempre defendeu teses polêmicas. Em algumas ocasiões, bateu de frente com o pensamento único; em outras, contra as correntes ditas progressistas. Aos 59 anos, este agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa coleciona cinco prêmios nacionais de Ecologia, cinco livros publicados sobre a Amazônia e alguns grandes acertos. Antevistas que o tempo provou estarem corretíssimas, conquanto ele tenha sabido defendê-las com coragem e honestidade intelectual, qualidades que não lhe faltaram mesmo nos momentos mais dramáticos da vida nacional. Quando o líder seringalista Chico Mendes foi assassinado, no Natal de 1988, em Xapuri, no Acre, o pesquisador da Embrapa não usou meias-palavras. “Ao menos um, entre mais de 300 assassinatos no campo ocorridos até hoje, chama a atenção da opinião pública”, disse.

Nesta entrevista à *Panorama Rural*, ele falou da ação das ONGs na Amazônia. O vácuo e a fraqueza do governo deixam espaço para a ação indiscriminada e sem transparência de muitas organizações ambientais. “Existe um torquês invisível agindo para retardar qualquer obra de infra-estrutura”, diz. Ele discorda também da projeção

pessimista da revista *Science*. A publicação calculou que, em 2020, o desmatamento da Amazônia poderia chegar a 95% de sua área total. Segundo Homma, “se os investimentos e o apoio à agricultura não chegarem a tempo, o desmatamento da Amazônia vai prosseguir, mas, na pior das hipóteses, deve se estabilizar entre 25% a 30% de sua área total – o que já é demais.”

**Panrural** – O movimento ecológico pró-extrativismo na Amazônia arrefeceu?

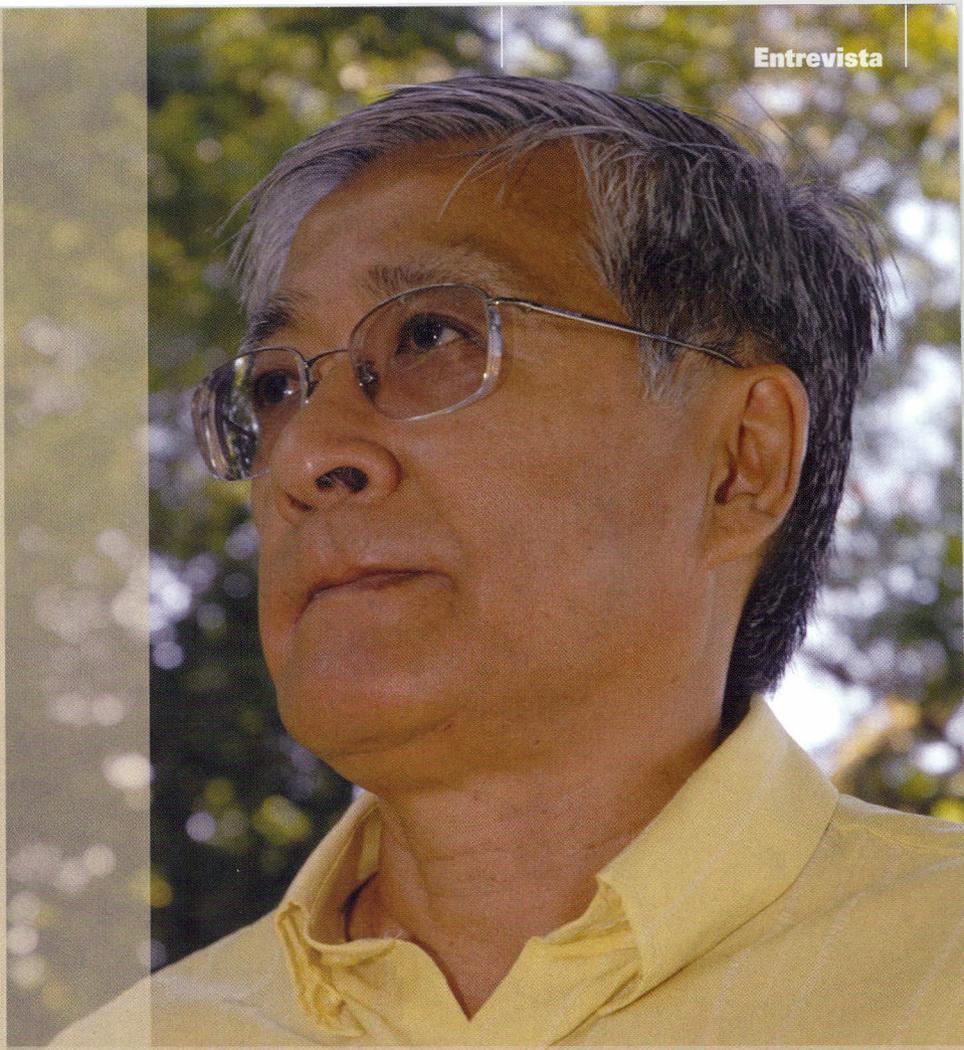
**Homma** – Há ainda vários interesses em jogo. Em locais de muita pobreza e miséria, como a Amazônia e o Nordeste, benfeitorias em assentamentos, como construção de casas e postos de saúde, são estratégicas na formação dos currais eleitorais. Além disso, há o aspecto ideológico envolvido na atuação de ONGs, organizações internacionais, simpatizantes do mundo acadêmico, artistas, sindicatos e políticos de esquerda. Muitos deles, por desconhecerem a dinâmica da economia regional e os fracassos anteriores, cultuam o extrativismo como se fosse a redenção da Amazônia. A mídia também tem responsabilidade nisso, por preferir as novidades de curto prazo em lugar de uma reflexão crítica mais conseqüente. Nesses 19 anos que nos separam da morte de Chico Mendes, o modelo do Acre apresentou muitas limitações. Hoje a proposta está arrefecendo. O culto ao atraso começa a ceder lugar à possibilidade de discussões mais profundas.

**Panrural** – Mas o próprio governo federal não tem reforçado esse projeto que o senhor chama de “modelo do Acre”?

**Homma** – Sim, o governo continua criando megareservas extrativistas, especialmente no Pará, para conter o desmatamento, barrar a expansão da fronteira agrícola e atender aos movimentos sociais. Há um aspecto positivo nisso, que é gerar insegurança entre os interessados



*“A questão ambiental na Amazônia se transformou em um grande negócio ecológico, sem nenhuma aura de pureza e salvação”*



em comprar novas terras na região. É um modo de manter artificialmente a terra escassa, o que pode induzir à intensificação do uso de áreas derrubadas. Por outro lado, se as mega-reservas não dispõem de produtos “não-madeireiros”, que garantam renda, o que vai acabar acontecendo? Vão continuar com a extração madeireira, que garante sustentação econômica. Com isso, anula-se qualquer possibilidade de proteção ambiental. Há também o risco das mega-reservas atraírem grandes contingentes populacionais de outras regiões, incitadas pelos investimentos do governo, como construção de casas, escolas, postos de saúde, etc..

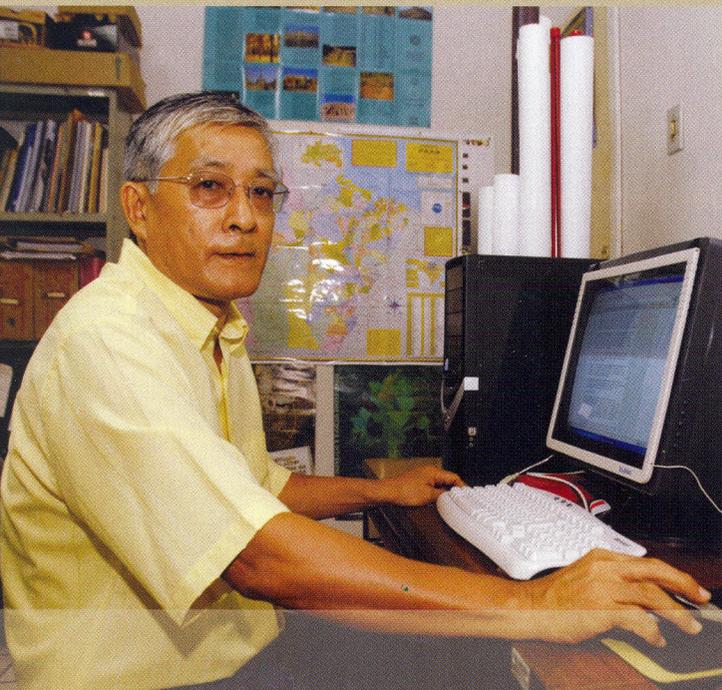
**Panrural** – Quais são os problemas ambientais dos centros urbanos na Amazônia, que acabam sendo “esfumados” diante do movimento em prol dos povos da floresta, que, aliás, é o tema da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica neste ano?

**Homma** – A Campanha da Fraternidade 2007 se perdeu por falta de objetivos concretos e do desconhecimento da magnitude das questões amazônicas. Considerou apenas uma faceta isolada, como se os problemas da região não fossem interdependentes. O discurso em favor dos povos da floresta se perde no contexto de uma Amazônia totalmente urbanizada. As economias dos estados da Amazônia Legal são completamente diferenciadas. No Amazonas, a agricultura não tem nenhuma importância

no PIB estadual, pois o estado é totalmente dependente do setor industrial e de serviços. No Mato Grosso, Pará, Rondônia e Maranhão, a agricultura tem um peso fundamental. No Acre e Roraima, já o setor público é fundamental para a sua sobrevivência. Portanto, movimentos em favor da reforma agrária, como o que defende o MST, em um país totalmente urbanizado, remetem a diversas reflexões. Primeiro, trata-se de uma fração mínima da população brasileira, muito mais interessada em empregos, cuja crise decorre da própria legislação trabalhista. Trabalho existe, e muito, tanto no campo como na cidade, mas procura-se evitar a contratação para não inchar ainda mais a carga tributária. A legislação trabalhista está prejudicando os próprios trabalhadores e gerando conflito na relação capital-trabalho. Isso alterou profundamente os sistemas de produção agrícola no país. No setor industrial e de serviços é a mesma coisa. As fábricas preferem ser mais intensivas e contratam o mínimo possível. Daí o caos da criminalidade urbana, que, em muitos casos, tem raízes no campo.

**Panrural** – Os recursos financeiros continuam voltados para a causa extrativista enquanto os agricultores estão entregues à própria sorte?

**Homma** – Com o governo Lula, os recursos para a agricultura familiar tiveram um salto sem precedentes na história do país. Isso foi muito bom em termos de po-



*“É possível paralisar o desmatamento da Amazônia, desde que os seus 23 milhões de habitantes tenham acesso a alternativas econômicas e tecnológicas”*

lítica pública. O problema, na Amazônia, é que esse dinheiro está sendo mal aplicado. Investe-se pesadamente em projetos de assentamentos, mas não em insumos e outras facilidades para os agricultores, principalmente extensão rural e tecnologia socialmente adaptada. Existem aproximadamente 600 mil pequenos produtores na Amazônia, que derrubam e queimam árvores para sobreviver. Quase a totalidade desses agricultores tem baixíssima ou nenhuma educação formal e as próprias agroindústrias são também gerenciadas por pessoal sem capacitação profissional.

**Panrural** – A seu ver, quais os interesses por trás dos movimentos de ecologistas que continuam defendendo a suspensão de crédito, subsídios e abertura de estradas?

**Homma** – Existe um torquês invisível tentando retardar as obras de infra-estrutura de grande porte na região. Eles defendem uma anestesia geral na Amazônia, pressionando os governos, o Banco Mundial e organismos internacionais. Esse movimento é capitaneado por poderosas ONGs transnacionais, com grandes orçamentos. Sobretudo as organizações de natureza ambiental, que lidam com políticas públicas, precisam ser mais transparentes. Elas são contra a construção de estradas, hidrelétricas, asfaltamento, indústrias de papel e celulose, contra o etanol, a soja e os transgênicos, e invadem propriedades produtivas, o laboratório da Aracruz Celulose etc. A falta de uma legislação específica, que discipline as ações das ONGs no país, termina prejudicando as mais sérias e colocando todas no mesmo balaio da desconfiança com relação aos doadores e seus reais objetivos. As ONGs devem exercer o papel de alertar para os erros do governo. Foi uma organização não-governamental que chamou a atenção da opinião pública para a Transamazônica e a hidrelétrica de Balbina – esta última considerada o maior desastre ambiental da Amazônia. Foi também o caso da

contratação da ex-Capemi, que, sem nenhuma experiência no assunto, encheu a hidrelétrica de Tucuruí sem retirar a cobertura vegetal. Essa função fiscalizadora e crítica das ONGs é importante para o país, mas o vácuo deixado pelo governo não pode servir de pretexto para a atuação indiscriminada das organizações não-governamentais, criando uma soberania local, como poder paralelo, numa concepção de um mundo sem fronteiras nacionais para os subdesenvolvidos. A questão ambiental na Amazônia se transformou em um grande negócio ecológico, sem nenhuma aura de pureza e salvação, como é visível nas ações desencadeadas.

**Panrural** – O senhor acredita que a redução no desmatamento da Amazônia é sustentável ou apenas refletiu um momento desfavorável nos preços das commodities agrícolas?

**Homma** – É desejo da sociedade brasileira e mundial que o desmatamento da Amazônia seja paralisado. Acho que é possível, desde que os seus 23 milhões de habitantes tenham acesso a alternativas econômicas e tecnológicas. Os investimentos aplicados na Amazônia têm sido muito mais cosméticos. Aqui vivem 11% da população nacional, e os investimentos precisam acompanhar esse percentual. A Amazônia concentra apenas 4% de pesquisadores com nível de doutorado e 4% dos investimentos em Ciência e Tecnologia. No mínimo deveriam ser 11% para que fosse mantido um equilíbrio com o número de habitantes. Caímos no paradoxo de que a Amazônia está pagando o desenvolvimento científico e tecnológico das regiões desenvolvidas. Somente o Programa Bolsa Família, que atende mais de 11 milhões de brasileiros em todo o país, supera o percentual da população regional da Amazônia Legal, onde atinge quase 2 milhões de pessoas. Para equilibrar a pobreza da Amazônia e do Nordeste com as regiões mais adiantadas, precisamos de investimentos pesados. E também precisamos parar de usar a Amazônia como propaganda de governos e empresas privadas. O desmatamento crônico deverá continuar ainda por muito tempo pela força de inércia do baixo nível tecnológico da agricultura, da falta de alternativas econômicas, da péssima educação formal dos agricultores e da retirada de madeira de florestas nativas. Não chegará a 95% da área total da Amazônia, como publicou a revista Science, em 2001, fazendo uma previsão mais pessimista para 2020, mas deverá se estabilizar em torno de 25% a 30%, o que já é demais. ☐